

Gerardo Magela



**Q**uarteto de cordas se apresentou ontem na sessão solene em que o Senado homenageou o maestro Silvio Barbato, vítima do acidente com o voo 447 da Air France. O senador Adelmir Santana quer dar continuidade a um projeto do maestro de levar música erudita a toda a população. **3**

## Aprovada em comissão, LDO vai a Plenário na terça-feira

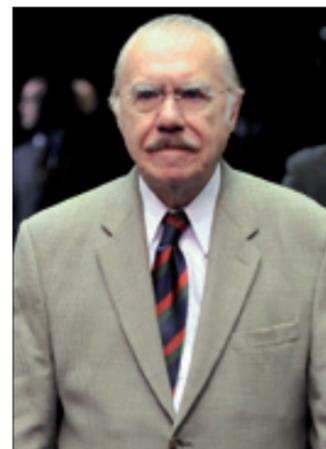
A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o relatório do deputado Wellington Roberto sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

para 2010. A votação final da proposta pelo Plenário do Congresso Nacional está prevista para a sessão que tem início às 14h da próxima terça-feira. **3**

## Senado instala na terça CPI da Petrobras

José Sarney determina início dos trabalhos da comissão, qualquer que seja o número de integrantes que comparecer à reunião

**A** decisão do presidente do Senado de marcar o início dos trabalhos da CPI recebeu apoio dos líderes da base de apoio ao governo, segundo informou Romero Jucá. O PSDB, por sua vez, considerou que, superado o impasse, não há mais motivo para recorrer ao Supremo Tribunal Federal com o objetivo de garantir o direito da minoria. **4 e 5**



Gerardo Magela

Decisão de Sarney põe fim a impasse que perdurou várias semanas

Waldemir Barreto



Os senadores Inácio Arruda (E), Fernando Collor, Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio e João Tenório participam de debate na CRE; à mesa, Carlos Pio (E), Luiz Felipe Lampreia, Azeredo e Samuel Pinheiro

Waldemir Barreto



## Relações Exteriores devolve carta de embaixador venezuelano

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador Eduardo Azeredo, devolveu carta em que diplomata explicou sua ausência em debate. Documento foi consi-

derado hostil e desrespeitoso. Ingresso da Venezuela no Mercosul divide opiniões. **8**

derado hostil e desrespeitoso. Ingresso da Venezuela no Mercosul divide opiniões. **8**

## Ampliação da lista de crimes hediondos recebe críticas

Corrupção, fraude em alimentos, genocídio e corrupção de menores devem entrar no rol de crimes hediondos? **7**



Marcelo Lemos (E), Alberto Zacharias Toron, Demostenes Torres, Rafael Augusto Alves e Eugênio Aragão em debate na CCJ

Gerardo Magela

## Prioridade na Justiça para ação contra improbidade

Objetivo de proposta aprovada pela CCJ é acelerar punição de agentes públicos acusados de enriquecimento ilícito. **7**

## Claudino pede reforço da União para ensino básico



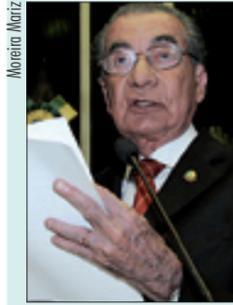
João Vicente Claudino

João Vicente Claudino (PTB-PI) propôs que o governo federal assumira “o papel de grande financiador da educação básica”. Segundo disse, estados e municípios não têm condições de aumentar sua participação no financiamento das redes escolares públicas.

O senador pediu o estabelecimento de uma espécie de pacto republicano com prazos e metas consensualmente definidos, de modo a promover uma revolução no cenário educacional brasileiro.

– Que se aprimorem os instrumentos de avaliação. Que as cobranças sejam feitas. Que as metas e os prazos sejam fiscalizados – afirmou.

## João Durval alerta prefeitos sobre Bolsa Família



João Durval

O senador João Durval (PDT-BA) lembrou aos prefeitos que, pela lei, eles são obrigados a divulgar e atualizar a lista das pessoas que recebem mensalmente o Bolsa Família. Advertiu que o “esquecimento” da publicação permite supor que existe intenção de esconder irregularidades.

Ele informou que as fiscalizações da Controladoria-Geral da União (CGU) têm constatado “exagerado número de irregularidades”, entre elas a inclusão de pessoas que não moram no município nas listagens de beneficiados, o que prova a falta de controle das prefeituras. O senador disse que o programa já ajuda 11 milhões de famílias e que o governo quer alcançar a marca de 12,9 milhões em 2010.

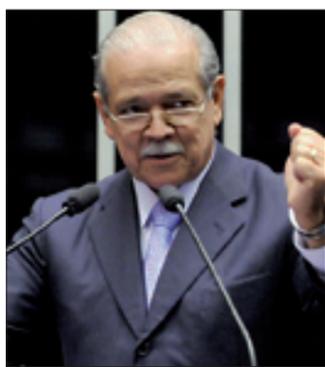
# César Borges elogia incentivo para renovação de frota

Senador destaca medidas do governo para facilitar compra de caminhões: redução em 67% dos juros dos financiamentos e prorrogação da isenção de IPI até o final do ano

A MANUTENÇÃO DA isenção total do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas vendas de caminhões até o final do ano e a melhoria das condições de financiamento para aquisição desses veículos foram medidas elogiadas ontem pelo senador César Borges (PR-BA). Anunciadas recentemente pelo governo, as duas providências vão incentivar a renovação da frota de caminhões.

No caso do IPI, a alíquota voltará a 5% a partir de janeiro. Já a melhoria das condições de financiamento terá um impacto especial para os caminhoneiros autônomos, no entender de César Borges.

Por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os juros do programa de financiamento para compra de caminhões,



César Borges: caminhões novos representam menos acidentes

chassis e implementos, o Procaminhoneiro, serão reduzidos significativamente – de 13,5% para 4,5% ao ano, ou seja, uma diminuição de 67%. Até 31 de dezembro deste ano, os juros serão fixos.

Já o prazo de financiamento foi ampliado de 84 para 96 meses. No total, o governo abrirá

mão de R\$ 1 bilhão para que a frota seja renovada.

Segundo o parlamentar, o Procaminhoneiro, instituído em 2006, ainda não tinha conseguido atender plenamente aos trabalhadores autônomos do setor, a despeito de realizar 5 mil operações desde a criação do programa até maio de 2009. É que os juros eram muito elevados e o prazo, insuficiente.

César Borges lembrou que o segmento do transporte por caminhões é responsável por cerca de 60% da movimentação total da carga no Brasil, o que torna urgente a renovação da frota, não só por medida de segurança nas estradas, mas também de eficiência econômica. A idade média dos veículos é de cerca de 17 anos para a frota geral e de 24 anos para os caminhões de autônomos.

## Papaléo: continua irregularidade de gasto com cartão corporativo

“Apesar das recomendações do governo, persistem irregularidades como a realização de saques na boca do caixa e uso de cartões corporativos em bares e restaurantes em Brasília.” A afirmação foi feita pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP), ao comentar matéria publicada no jornal *Correio Braziliense* de quarta-feira, com o título “Explosão das contas secretas”, sobre os gastos da Presidência da República com esses cartões.

De acordo com a matéria, a

Presidência da República gastou R\$ 4,08 milhões com cartões no primeiro semestre deste ano. O senador ressaltou que, em 2008, a despesa foi de R\$ 4,8 milhões, o que significa que somente no primeiro semestre já houve um gasto correspondente a 82% do desembolso total do ano passado.

Papaléo Paes também comentou a descoberta de uma espécie de blindagem dos ministros contra eventuais denúncias de mau uso desses cartões. Ele afirmou



Papaléo: gasto do primeiro semestre chegou a 82% do total no ano passado

que os assessores têm assumido a responsabilidade dos gastos feitos em nome dos titulares dos cargos, principalmente durante viagens.

## Roberto Cavalcanti quer mudar união estável

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) comunicou ao Plenário a apresentação de projeto com o objetivo de ampliar direitos civis de companheiros em união estável. O parlamentar explicou que a proposta (PLS 267/09) corrige “situações de flagrante injustiça e inconstitucionalidade”.

– Defendo, pura e simplesmente, que se respeite o preceito da igualdade, consagrado em nossa Carta Magna, conferindo às pessoas em uniões estáveis tratamento legal igual ao dispensado às pessoas formalmente casadas – resumiu.

Roberto Cavalcanti disse que



Senador pretende garantir mesmos direitos que os dos casados

o Código Civil brasileiro faz a distinção entre cônjuges (casamento) e companheiros (união estável), garantindo mais direitos

aos casados. Assim, na interpretação do senador, o Código Civil fere o princípio constitucional da igualdade ao não permitir, por exemplo, que o companheiro de pessoa falecida herde bens particulares adquiridos antes da união estável ou os obtidos gratuitamente por doação ou sucessão.

Além disso, caso o companheiro não tenha deixado ascendentes ou descendentes, o companheiro remanescente recebe apenas um terço dos bens da herança, enquanto um parente colateral fica com os dois terços restantes.

## Jayme Campos propõe versão em áudio de manuais técnicos

Jayme Campos (DEM-MT) anunciou a apresentação de projeto de lei que obriga os editores de manuais técnicos, catálogos e folhetos explicativos de marcas e produtos a oferecer aos consumidores versão em áudio desses textos.

– Isso facilitaria, em muito, a vida de deficientes [visuais] que encontram na escrita uma barreira para sua formação ou para a compreensão de mecanismos simples de seu cotidiano.

A proposta estabelece que 10% dos recursos da Lei de Incentivo à Cultura sejam aplicados na edição de audiolivros. Jayme Campos explicou que a medida está em consonância com a Política Nacional do Livro,



Jayme Campos: medida facilitará a compreensão por deficientes visuais

uma vez que tal diploma legal reconhece as versões digitais e em áudio como formatos universalmente aceitos para publicação de conteúdos. Em aparte, ele recebeu apoio de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

## Serys aplaude atuação da procuradora-geral interina

Serys Shessarenko (PT-MT) saudou a procuradora-geral interina da República Débora Duprat por ter proposto ao Supremo Tribunal Federal (STF) ação de reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo e ainda pelo envio ao tribunal de parecer em que defende a interrupção da gravidez em caso de anencefalia fetal.

Para a senadora, Débora Duprat atua com “clareza e objetividade, demolindo preconceitos e contribuindo para o aperfeiçoamento da civilização”.

– Quero agradecer à procuradora por intervir de forma tão consequente em casos que têm levantado no país tantas controvérsias. Na sociedade moderna



Serys elogia ação que beneficia companheiros do mesmo sexo

e dinâmica, diversos preconceitos, que durante tanto tempo infernizaram nossas vidas, já foram superados e já está mais do que na hora de avançar em questões que permanecem aí congeladas.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão às 9h é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares. Entre os inscritos, estão os senadores João Durval (PDT-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

### Comissão debate Código de Processo Penal no Recife

A comissão temporária que examina o Projeto de Lei do Senado 156/09, que reforma o Código de Processo Penal, realiza audiência, às 10h, no auditório do Tribunal de Contas de Pernambuco, no Recife, com a presença, entre outras autoridades, do governador do estado, Eduardo Campos.

## Senado homenageia maestro Silvio Barbato

“Um brasileiro ilustre que deixa uma lacuna intransponível na música”, afirmou ontem o vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), na direção da sessão especial em homenagem ao maestro Silvio Barbato, uma das vítimas do acidente com o voo 447 da Air France em 31 de maio.

Barbato foi regente da Orquestra Sinfônica do Theatro Municipal do Rio de Janeiro e diretor-artístico do Teatro

Nacional Cláudio Santoro, de Brasília. Silvine Barbato, irmã do maestro, compareceu à sessão, que contou ainda com a presença do núncio apostólico, dom Lourenço Baldisseri.

Autor do requerimento de homenagem, Adelmir Santana (DEM-DF), também presidente regional do Sesc, comprometeu-se a dar continuidade ao Projeto Sesc Sinfonia, que era executado em parceria com o maestro. Cristovam Buarque

(PDT-DF) propôs a criação de um programa pelo Ministério da Cultura para incentivar a música erudita e os que a praticam no Brasil.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse esperar que todos tenham em Barbato “uma grande referência de um homem que dedicou a sua vida a alegrar os corações, a passar a nossa vida com o som maravilhoso que ele conseguia extrair de sua orquestra”.



Homenagem a Barbato (no telão) foi requerida por Adelmir Santana

Gerardo Magela

## Votação da LDO fica para terça-feira, mas oposição pode obstruir

Oposição acha que mudança feita pelo relator na regra de cálculo do custo de obras e serviços abre brecha para aumento indiscriminado dos preços

O RELATÓRIO DO deputado Wellington Roberto (PR-PB) para o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010 foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Na reunião, foram votados o texto base e os destaques – mesmo os que se referem a pontos polêmicos, os quais a oposição quer voltar a discutir na votação final do projeto no Congresso, prevista para terça-feira, às 14h.

No entanto, a oposição ameaça obstruir os trabalhos caso não sejam alterados diversos dispositivos e, ainda, se até lá não for instalada a CPI da Petrobras. Entre os pontos polêmicos, está o dispositivo que incorpora as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ao Projeto Piloto de Investimentos (PPI). A oposição conseguiu derrubar a inclusão dos investimentos das estatais na regra de execução provisória. O relator adiantou que pre-

tende manter pelo menos a Petrobras na lista, “já que a empresa é responsável por obras importantes do PAC”.

Na reunião, Wellington Roberto divulgou anexo que alterou regra incluída no substitutivo dele próprio ao projeto original da LDO sobre a fórmula de apuração do custo global de obras e serviços a serem contratados e executados na vigência do Orçamento de 2010. Ele restabeleceu a redação do governo, pela qual o custo global será obtido a partir dos custos unitários de insumos ou serviços apurados com base na mediana de seus correspondentes em dois índices de custos apurados na área estatal. Nas recentes leis de diretrizes, tem prevalecido a utilização de custos iguais ou menores que esses dois índices. Para a oposição, a mudança para a mediana abre margem para a elevação dos custos das obras.

## Dornelles afirma que governo agiu com competência no enfrentamento da crise

Francisco Dornelles (PP-RJ) entregou à Mesa do Senado o primeiro relatório da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade. A comissão foi criada pelo presidente do Senado, José Sarney, para acompanhar a crise internacional – as medidas tomadas pelo governo federal no campo fiscal e monetário – e apresentar sugestões.

O parlamentar disse que o governo brasileiro atuou com competência no enfrentamento da crise financeira internacional, com medidas como a redução da taxa Selic, a utilização do depósito compulsório, as linhas de redesconto, a utilização das reservas no campo monetário e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alguns produtos.



Dornelles entregou à Mesa relatório de comissão

Dornelles anunciou na quarta-feira que pretende encaminhar um projeto de lei para consagrar o princípio do crédito financeiro, segundo o qual todo e qualquer bem adquirido pela empresa para emprego em sua atividade produtiva e que tenha sido tributado pelo IPI ensejará o crédito correspondente.

Gerardo Magela

## FGV anuncia que vai propor corte de até 40% dos funcionários do Senado

Na proposta final de reestruturação do Senado que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) entregará em cerca de 20 dias, será sugerido um corte de pelo menos 2.400 dos atuais 10 mil funcionários da Casa. Nessa redução de 24%, estão incluídos terceirizados e comissionados de livre provimento; mas, segundo o diretor da fundação e coordenador do projeto, Bianor Cavalcanti, com a inclusão de profissionais de carreira – para os quais a intenção é implantar um plano de demissão voluntária (PDV) –, a redução total poderá chegar a 40% dos funcionários.

O diretor da FGV destacou a necessidade de “implantação imediata” de três medidas já propostas por meio de projetos de resolução. A primeira é a instituição de mandato de dois anos, prorrogável por uma vez, para os cargos de diretor-geral, secretário de Controle Interno e advogado-geral. A segunda é a reestruturação da área de Controle Interno, para que assuma todas as atividades de normatização, orientação, fiscalização e controle de despesas. A ampliação do Portal de Transparência da Casa é a terceira medida.

Os próximos passos, conforme Bianor, são a elaboração de um plano de carreira, do plano diretor de tecnologia da informação e de um estudo de reestruturação da gráfica. A sugestão de novos processos e mecanismos de decisão e controle relacionados com aquisições e contratos, moradias funcionais, assistência médica, passagens aéreas, telefonia, entre outros, também vai fazer parte da proposta.

Para a elaboração do projeto final, a FGV vai estudar ainda as propostas encaminhadas na quarta-feira por uma comissão de servidores efetivos do Senado.



Bianor Cavalcanti: “Mudanças serão profundas”

Jane Araújo

## Mesquita Júnior teme a extinção de Serviço Médico

O temor que está atingindo os servidores do Serviço Médico do Senado, depois que foi sugerida a extinção ou um grande enxugamento do setor, foi destacado por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). O senador defendeu a manutenção do serviço.

– Se alguns atravessaram a ponte tênue que obriga todo servidor a ser correto, que se apure e se puna. Não pode é usar desse expediente que até parece terrorista. Notícias como essas deixam as pessoas intranquilas. Será que, por estarmos em meio a uma crise, o Senado tem que fechar o seu Serviço Médico? Não considero que seja um privilégio, já que o Supremo Tribunal Federal, o Palácio do Planalto e todos os órgãos públicos também oferecem serviço semelhante – afirmou.

Em aparte, o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), lembrou que o PT propôs, em nota, o enxugamento do Serviço Médico para apenas o atendimento de emergência, mas esclareceu que o assunto não está sendo discutido pela Mesa.

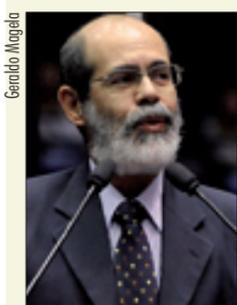
## “Eu não era ministro à época do acidente em Chernobyl”, diz Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem, em nota de esclarecimento, que não ocupava mais o cargo de ministro da Agricultura quando ocorreu o acidente na usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, em 26 de abril de 1986.

A nota diz que está “equivocada” a afirmação de Wellington Salgado (PMDB-MG), feita na quarta-feira, de que Pedro Simon teria permanecido no cargo, durante o governo de José Sarney, apesar da denúncia sobre importação de carne contaminada com radioatividade.

Simon foi ministro da Agricultura de 15 de março de 1985 a 14 de fevereiro de 1986.

## Senador relata situação da Polícia Militar no Acre



Mesquita Júnior

A situação vivida pelos profissionais que atuam na segurança pública do Acre foi retratada por um policial militar a Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) por e-mail lido ontem em Plenário pelo senador.

Além de pedir a aprovação da proposta que equipara os salários das polícias e bombeiros militares de todo o país com os do Distrito Federal (PEC 300/08), o policial denunciou a forma “truculenta e autoritária” utilizada pelos superiores no tratamento com os subordinados.

Mesquita Júnior disse que já vem advogando a aprovação da PEC pelo Congresso.

Gerardo Magela

## Nery critica processo de licenciamento de usina

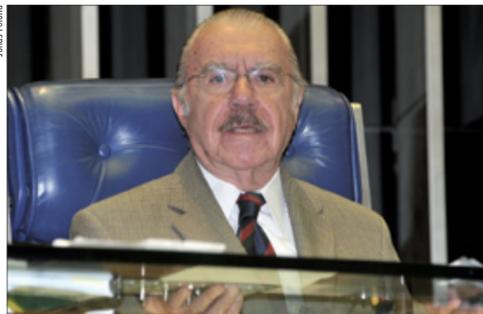


José Nery

José Nery (PSOL-PA) acusou o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) de descumprir a legislação ao aprovar “de maneira atropelada” o licenciamento ambiental para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará. Segundo o senador, o Ibama desconsiderou parecer de técnicos do próprio órgão, que apontaram a ausência de documentos essenciais para a correta aceitação do processo.

– É um exemplo de como o açodamento e a subordinação da análise técnica a interesses econômicos ou eleitorais de determinados grupos podem se revestir no anteato de tragédias mais do que anunciadas – disse.

Mônica Menezes



Sarney fez comunicação em ofício protocolado na Secretaria-Geral da Mesa

## Alvaro Dias: CPI pode investigar repasse a fundação

O repasse de verba de convênio cultural da Petrobras a uma fundação que tem o senador José Sarney como presidente de honra poderá ser investigado pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que deverá ser instalada na terça-feira, às 15h, afirmou ontem o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) em discurso. O parlamentar lembrou que o fato relaciona-se com o pedido de criação da CPI, que deve apurar a existência de irregularidades em patrocínios da estatal, entre outras denúncias.

– Não tenho nenhuma responsabilidade administrativa naquela fundação – disse José Sarney, em resposta a Alvaro Dias. Sarney afirmou também que a Fundação da Memória Republicana, localizada em São Luís do Maranhão, teve um projeto aprovado, pela Lei Rouanet, para patrocínio da Petrobras, sendo que a prestação de contas já havia sido encaminhada ao Ministério da Cultura e que caberia ao Tribunal de Contas da União (TCU) o julgamento de qualquer irregularidade.

Sarney disse ainda a Alvaro Dias que tomou a decisão correta e de acordo com o Regimento Interno do Senado



Senador elogiou decisão de Sarney de garantir CPI

ao determinar a instalação da CPI da Petrobras com qualquer quórum.

Alvaro Dias observou que essa decisão gera uma jurisprudência importante para o Senado, sobretudo para a minoria parlamentar. Na avaliação do senador, a oposição “não terá forças para eleger o presidente nem mesmo a prerrogativa de indicar o relator da CPI”. Ele adiantou, no entanto, que a comissão, toda vez que encontrar dificuldades para investigar ou aprovar requerimentos de convocação e de quebra de sigilo, encaminhará representação ao Ministério Público para que este possa fazer a apuração e, ao final, propor a prisão dos envol-

tualmente envolvidos com irregularidades na Petrobras.

– A cada fato preponderante ou denúncia relevante com indicio de robustez indiscutível, nós encaminharemos a representação cumprindo o nosso dever, sem aguardar o relatório final da CPI. É uma prerrogativa que pode ser exercitada com eficiência pela minoria na CPI – assinalou.

Alvaro também assumiu compromisso, em nome do PSDB, de que o partido irá atuar na comissão com a “responsabilidade de patriotas que querem o bem do Brasil”. Em aparte, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) ressaltou que o discurso de Alvaro Dias era uma síntese do que pretende o PSDB na CPI, ou seja, “fiscalizar o que precisa ser fiscalizado e não danificar a Petrobras, que é de milhões de brasileiros”. – O argumento fraudulento de consumir ações contrárias à Petrobras e estabelecer um palanque eleitoral não tem conteúdo. Vamos provar isso – afirmou.

## Virgílio pedirá apuração de denúncia ao MP e TCU

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou ontem em Plenário que entrará na manhã de hoje com representações ao Ministério Público Federal e no Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo que as duas instituições investiguem a denúncia de desvio, pela Fundação José Sarney, de recursos recebidos da Petrobras como patrocínio. Informou ainda que aditou a denúncia ao pedido de investigação que havia apresentado anteriormente ao Conselho de Ética, contra Sarney.

O senador disse que não iria insistir na sugestão de afastamento temporário de Sarney da Presidência da Casa, para que retornasse depois do saneamento da instituição. Virgílio afirmou que a sugestão, que a seu ver garantiria a isenção na apuração das denúncias, já havia sido negada e que, portanto, seria grosseria de sua parte insistir na tese. Em sua avaliação, o Senado entrou em um caminho sem volta, porque não há garantias de que não surgirão novas denúncias contra o presidente.

– Há quem possa achar natural que o presidente da principal



Virgílio espera que não surjam novas acusações

Casa do Parlamento brasileiro fique, quase que diariamente, se explicando com notinhas telegráficas e sumárias, dando explicações a interpeleções dos senadores? Não se esperaria do presidente do Congresso Nacional que estivesse aqui, diariamente, a oferecer novas justificativas. E se novos ataques vierem? E se surgirem novas acusações? – indagou.

Virgílio disse esperar que não surjam novas denúncias contra Sarney. Conforme observou, não cabe ao presidente do Senado estar a cada dia apresentando uma nova explicação para uma nova denúncia.

– Deus permita que isso não

aconteça. Uma denúncia atrás da outra vai criando um clima de ingovernabilidade aqui nesta Casa – frisou o parlamentar.

O líder tucano considerou positiva a determinação de José Sarney de instalar a CPI da Petrobras. Em sua opinião, a comissão parlamentar de inquérito vai exigir grandeza do governo para reconhecer os fatos a serem investigados. Ele disse que, se o governo tiver honestidade, saberá expelir de seu convívio as pessoas que forem apontadas à CPI da Petrobras como nocivas àquela empresa, na defesa da própria Petrobras.

Ao apoiar, em aparte, o pronunciamento, o senador Sérgio Guerra ressaltou que José Sarney alcançou a Presidência da Casa sem o voto do PSDB. E que, em meio à crise que atinge a instituição, perdeu o apoio do DEM – que havia defendido sua candidatura – e do PT, principal partido da base do governo, que também defendeu o afastamento de Sarney.

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, determinou ontem que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras seja instalada na próxima terça-feira, às 15h, “com qualquer número de membros presentes”.

A determinação de Sarney foi

feita em ofício protocolado na Secretaria-Geral da Mesa e destinado ao senador Paulo Duque (PMDB-RJ), que presidirá a reunião de instalação da CPI por ser o integrante mais idoso do colegiado. Várias tentativas anteriores de instalar a CPI foram frustradas por

falta de quórum (número mínimo de parlamentares).

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que presidia a sessão plenária, informou que o ofício foi uma resposta oficial a uma questão de ordem apresentada na véspera por Alvaro Dias (PSDB-PR) sobre a ins-

tação da CPI. Papaléo leu o ofício no Plenário, a pedido de Alvaro Dias, cuja questão de ordem requeria a substituição dos integrantes faltosos da CPI da Petrobras para viabilizar a sua instalação. – O presidente Sarney buscou no Regimento [Interno do Senado]

alternativa que possibilitasse a instalação, não atendendo ao nosso requerimento, mas determinando que a CPI se instale com qualquer quórum – disse Alvaro Dias.

O senador ressaltou que a decisão da Presidência gera jurisprudência “da maior importância para

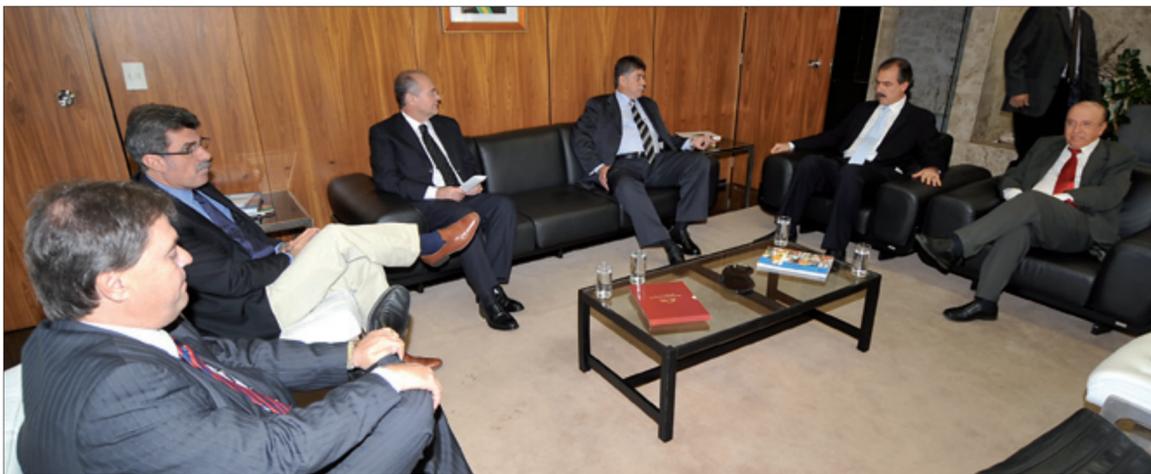
a minoria parlamentar” e também sinaliza um novo tipo de comportamento em eventuais impasses futuros sobre a instalação de CPI. Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que, embora tenha retirado a assinatura do pedido de criação da CPI, diante de descumprimento

de acordo segundo o qual antes de pedir a criação da CPI os senadores ouviriam o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, agora é seu “defensor ferrenho”.

– Que essa CPI comece o mais depressa possível e que vá fundo. Se ela não for fundo, vai parecer

que houve algum acordo relacionado a uma crise que o Senado vive e a CPI; que o governo tenha cedido em troca de blindar Sarney.

Cristovam sugeriu que o Senado não entre em recesso para que a CPI comece a atuar ainda em julho.



Na reunião de líderes dos partidos da base do governo no Senado, Gim Argello (E), Romero Jucá, Renan Calheiros, João Ribeiro, Aloizio Mercadante e Antônio Carlos Valadares

## Governo reivindica comando da comissão

Ao sair da reunião com líderes dos partidos da base do governo, o líder Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou decisão de consenso no bloco para instalação da CPI da Petrobras na próxima terça-feira, às 15h. Ele afirmou ainda não ver necessidade para que a comissão trabalhe durante o período de recesso parlamentar, previsto para vigorar entre os dias 18 e 31 de julho.

Jucá garantiu que a base do governo não abre mão de ter a presidência e a relatoria da comissão, mas afirmou não dispor, ainda, dos nomes dos senadores que integrarão a CPI. Conforme ressaltou o líder, a instalação da CPI foi marcada por determinação do presidente da Casa, José Sarney.

### Petrobras Cultural

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a denúncia de desvio de recursos da Petrobras Cultural para a Fundação José Sarney, publicada ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, levou o presidente do Senado “bem para o centro da CPI da Petrobras”, sendo evidente que a oposição apresentará requerimento para convocá-lo. Ele advertiu, porém, que será preciso obter maioria na comissão para aprovar a convocação.

De acordo com a reportagem publicada ontem, de R\$ 1,3 milhão repassado pela estatal à fundação, ao menos R\$ 500 mil teriam sido desviados para empresas da família do presidente do Senado com endereços fictícios. Ainda segundo o jornal, o projeto patrocinado nunca teria sido executado.

– Aproveitaremos o recesso para investigar os bastidores das atividades da Petrobras. Assim que a comissão der início aos seus trabalhos, teremos muitos requerimentos de convocação de pessoas e de propostas para investigação de fatos suspeitos. É inevitável que se forme um rolo compressor da maioria governista para impedir as investigações, então vamos recorrer ao Ministério Público ou ao Tribunal de Contas – destacou o senador.

Alvaro Dias afirmou ter desistido de apresentar mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), conforme havia anunciado, porque a decisão de instalar a CPI já foi tomada pela base do governo. Ele disse, porém, que “a ameaça surtiu efeito e a estratégia será repetida durante os trabalhos da CPI, sempre que for

necessário”, advertiu.

### Soberania do fato

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse não temer que a base do governo inviabilize as investigações da CPI da Petrobras, uma vez que terá a presidência e a relatoria da comissão.

– Quando surge um fato grave, atua a figura da “soberania do fato”, que põe por terra qualquer tentativa de manobra política, de abafa ou de grito. Foi assim na CPI dos Correios, onde o governo também tinha presidência e relatoria e resultou no processo do mensalão, atualmente em julgamento no Supremo – ressaltou.

Para Arthur Virgílio, é possível que a CPI investigue as irregularidades da Fundação Sarney e o patrocínio da Petrobras Cultural, mas também é possível que o assunto faça parte da representação que o PSOL apresentará ao Conselho de Ética contra o presidente Sarney, assim que o conselho iniciar seus trabalhos.

Ele lamentou que Sarney não tenha aceitado a sugestão do PSDB de se

afastar, temporariamente, da presidência da Casa até que se concluem as investigações sobre as irregularidades envolvendo seu nome. Para Virgílio, se for necessário, o partido poderá apresentar representações ao Ministério Público ou no Tribunal de Contas da União.

### Mercadante

Em relação à denúncia de irregularidades em projeto da Petrobras Cultural, com repasses à Fundação José Sarney, o líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), afirmou que não vê desvio de função no patrocínio, já que cabe à Petrobras Cultural custear acervos históricos, emissão de selos e outras atividades culturais, “não havendo, assim, desvio de função”.

Ele disse estar informado de que esse patrocínio se deu no arcabouço da Lei Rouanet e que, dessa forma, a prestação de contas deve ser feita ao Ministério da Cultura, embora caiba à Petrobras fiscalizar a execução do projeto cultural.

Mercadante também afirmou que, diante das denúncias publicadas pela imprensa, deve haver uma fiscalização rigorosa tanto do patrocínio ao projeto cultural quanto dos repasses feitos à Fundação José Sarney.



Suplicy: uma das funções do colegiado será acompanhar os atos administrativos

## Suplicy defende criação do Colégio de Líderes

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu quarta-feira, da tribuna, projeto de resolução apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores para criar o Colégio de Líderes do Senado, inclusive que passaram a ser chamados pela imprensa de atos secretos. Para Suplicy, o colégio será uma garantia de que não serão aprovados “atos desprovidos de razoabilidade” na área administrativa.

A ideia do Colégio de Líderes foi proposta depois da constatação de que os senadores não tinham conhecimento de vários atos da administração do Senado, inclusive que passaram a ser chamados pela imprensa de atos secretos. Para Suplicy, o colégio será uma garantia de que não serão aprovados “atos desprovidos de razoabilidade” na área administrativa.

Outra função do colegiado será, conforme o projeto de resolução lido pelo senador, “requerer a preferência na apreciação de matérias”.

No mesmo discurso, Suplicy aplaudiu a decisão do grupo Bicicleta Livre de distribuir bicicletas no campus da Universidade de Brasília. A ideia é incentivar pessoas a deixarem os carros nos estacionamento, movimentando-se pelo campus de bicicleta.

Comissão parlamentar de inquérito que visa investigar supostas irregularidades em empresa estatal deverá iniciar trabalhos “com qualquer número de membros presentes”, segundo ofício assinado pelo presidente do Senado

# Sarney determina instalação, na terça, da CPI da Petrobras

## Nota afirma que Sarney não administra entidade

A assessoria de imprensa do presidente do Senado, José Sarney, divulgou nota a respeito de matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre patrocínio concedido pela Petrobras Cultural à Fundação José Sarney.

O jornal aponta desvio de recursos da estatal para um projeto cultural da fundação que

nunca teria sido executado.

A fundação também soltou nota, negando qualquer irregularidade e assegurando ter feito “a correta aplicação dos recursos para preservar mais de 500 mil documentos e peças, incluindo uma biblioteca com mais de 30 mil volumes”.

Veja a íntegra do comunicado do presidente do Senado:

“O senador José Sarney é presidente de honra da Fundação que leva seu nome, tendo sido seu fundador. Não participa de sua administração, nem tem responsabilidade sobre ela. Os esclarecimentos das acusações publicadas na imprensa deverão ser prestados pelos administradores legalmente constituídos.”

## Para Mão Santa, Senado está superando a crise

“Vai ter a CPI da Petrobras. É necessária. E vamos baixar o preço dos combustíveis”, afirmou Mão Santa (PMDB-PI) ao defender a instalação da comissão de inquérito.

– Quem não deve não teme. Por que esse medo? – questionou o senador.

Mão Santa afirmou que o Senado está “funcionando bem” e que a Mesa vem tomando as providências necessárias para a superação da crise que a instituição atravessa.

Segundo ele, o Senado nunca foi tão transparente como agora, após as denúncias de irregularidades feitas pela imprensa, uma vez que o Ministério Público, a Polícia Federal e o Tribunal de Contas da União estão atuando nas investigações.

– Esta Mesa está resolvendo os problemas de quase dois séculos



Mão Santa defende instalação da CPI da Petrobras

que se acumularam – disse.

Como exemplo do bom funcionamento da Casa, Mão Santa citou a aprovação, na quarta-feira, do substitutivo da Câmara ao PLS 203/01, que regulamenta as atividades de motociclista, motoboy e motoviagem.

– Resolvemos aqui um problema de mais de dez anos. Nós

estamos superando a crise e votando. Nasceu ali uma lei boa e justa. Essa é uma função do Senado – declarou.

### Dilma

Mão Santa ainda criticou o presidente Lula por “impor ao PT a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, como candidata a sua sucessão”. O senador considera um retrocesso a indicação, pelo presidente, de uma candidata “que nunca foi eleita a nada”.

– Por que ele não faz as primárias? – indagou o senador, apontando as prévias que escolheram Barack Obama candidato democrata à Presidência dos Estados Unidos como exemplo para os partidos brasileiros.

## Agripino: MP e TCU devem investigar denúncias

A partir da próxima semana, o DEM deverá centrar suas forças na investigação das denúncias de irregularidades no Senado pelo Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU). Adicionalmente, o partido somará sua voz às pressões pela reativação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Agripino anunciou ontem esse direcionamento e explicou que a mudança de rumos se deve à constatação de que, “aritmética”, a licença do presidente do Senado, José Sarney, é improvável no momento. Dos 81 senadores, segundo ele, só 33 estão firmemente comprometidos com o apoio à licença. Diante desses números, disse, o melhor caminho é “não insistir em uma coisa que não tem sustentação política” e “deixar instituições de fora e isentas investigarem as denúncias”.

O senador se disse surpreendido com as denúncias envolvendo patrocínios da Petrobras



DEM quer reativação do Conselho de Ética, diz líder

à Fundação José Sarney, mas aplaudiu o presidente do Senado pela determinação de que a CPI sobre a estatal seja instalada na terça-feira.

O líder do DEM afirmou ter conversado com o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), que não deu como fechados os entendimentos entre PT e PMDB sobre o comparecimento dos senadores à eleição do presidente da CPI. Agripino reafirmou a posição do DEM de não votar nada até que

a CPI se instale, tenha presidente, relator e calendário de reuniões. Em resposta a parte de Eduardo Suplicy (PT-SP) – que afirmou haver outras fundações com patrocínios da Petrobras –, o líder do DEM observou que, ao contrário do que ocorre com a Fundação José Sarney, o Instituto Fernando Henrique Cardoso, citado por Suplicy, não está sendo acusado de malversação ou de utilização indevida dos recursos. Demostenes Torres (DEM-GO) observou que, na hipótese da representação protocolada pelo PSOL ser aceita, Sarney poderá ser afastado. Cristovam Buarque (PDT-DF) disse crer na seriedade da posição da bancada do PT em relação à licença. Já José Nery (PSOL-PA) reafirmou a posição de seu partido a favor da investigação no Conselho de Ética.

Audiência na Comissão de Infraestrutura discute regulamentação do transporte aéreo. Francisco Dornelles teme abertura do setor a empresas estrangeiras

## Infraero quer abrir capital ao mercado financeiro

A EMPRESA BRASILEIRA de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) poderá abrir seu capital ao mercado financeiro, segundo informou o presidente da Infraero, tenente-brigadeiro-do-ar Cleonilson Nicácio Silva. Ele participou ontem de audiência pública, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que discutiu a modernização e expansão da infraestrutura aeroportuária e a regulamentação do transporte aéreo brasileiro.

Cleonilson Silva ressaltou que a abertura de capital da Infraero é importante para captação de recursos no mercado financeiro, o que possibilitará investimentos no setor aeroportuário do país. Ele disse que os serviços prestados pela empresa estão entre os melhores do mundo, superando os de grandes aeroportos, como os de Madrid (Espanha) e Frankfurt (Alemanha).

O diretor de Aeroportos da Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico (Sinart) – grupo que administra aeroportos na Bahia e em Minas Gerais –, Carlos Roberto Rebouças, também defendeu investimentos da iniciativa privada no setor. Em sua avaliação, a Infraero não terá condições de investir sozinha para atender à demanda até 2015. Para ele, a alternativa é permitir a atuação da iniciativa privada por meio

de autorizações e concessões.

Carlos Alberto lembrou que, entre 2003 e 2007, as operações domésticas cresceram 12% e as internacionais, 6%. Informou ainda que 20 aeroportos, dos 742 existentes no Brasil, concentram quase a totalidade do movimento do transporte aéreo regular do país.

### Preocupação

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que requereu a audiência, também enfatizou que o Estado não tem recursos para investir na infraestrutura. No entanto, ele disse estar preocupado com a desregulamentação do setor, o que poderá prejudicar as empresas nacionais. Dornelles ainda lamentou o fato de

a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) pretender abrir o espaço aéreo às empresas de aviação comercial estrangeiras sem a instituição de regras que protejam as empresas nacionais. Segundo o parlamentar, as empresas internacionais poderão praticar o *dumping* – estratégia pela qual empresas estrangeiras vendem seus produtos por preços abaixo de custo para conquistar mercado – e, assim, prejudicar os empreendedores brasileiros.

A diretora da Anac, Solange Paiva Vieira, disse que a determinação de abrir ou não o céu do Brasil é do governo e não da agência. Ela ressaltou que tal decisão terá de ser discutida e ratificada pelo Congresso.



Carlos Roberto, Cleonilson Nicácio, Fernando Collor, Eliseu Resende e Solange

## Faltam regras para ingresso da iniciativa privada

Senadores que participaram da audiência pública que discutiu ontem a infraestrutura aeroportuária e a regulamentação do transporte aéreo brasileiro ressaltaram a falta de regulamentação na hipótese de ingresso da iniciativa privada no setor aeroportuário brasileiro.

Eliseu Resende (DEM-MG) defendeu emenda constitucional para suprir a “lacuna legislativa do setor”. Na opinião do senador, o transporte aéreo, especialmente o de passageiros, não está definido na Constituição como prestação de serviço público. Ele também salientou que a Carta Magna, apesar de prever que haja licitação, não determina qual regime deve ser aplicado aos contratos com o setor privado – concessão ou

autorização. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse estar receoso com a forma jurídica que regerá o setor.

### Copa

O governo brasileiro está investindo em reformas e adaptações dos aeroportos brasileiros para receber a Copa do Mundo de 2014, lembrou Heráclito Fortes (DEM-PI). Para ele, está havendo uma inversão de prioridades por parte do governo, já que o país enfrenta sérios problemas nas áreas de segurança, saúde e educação. Heráclito afirmou estar preocupado com o volume de investimentos feitos apenas para um evento.

O senador também criticou o espaçamento entre os assentos das aeronaves, que causa des-

conforto às pessoas de maior estatura física. Solange Paiva Vieira observou que esse espaço é definido de forma a oferecer segurança e rápida evacuação. A Agência Nacional de Aviação Civil pretende criar um selo para certificar as empresas que decidirem aumentar o espaço entre as poltronas. Dessa forma, ressaltou a diretora da Anac, os clientes poderão escolher as companhias também pelo critério do conforto.

Demostenes Torres (DEM-GO), que foi relator da CPI do Apagão Aéreo, registrou seu reconhecimento ao presidente da Infraero pela resolução de problemas de corrupção na empresa. Na avaliação de Demostenes, esses problemas “são coisas do passado”.



Ao lado de Pochman e Paim, José Carlos (D) propõe criação de programa federal

## BNDES sugere gerar empregos com a recuperação de favelas

A proposta de criação do Programa de Emprego Garantido foi apresentada pelo assessor da presidência do Banco Econômico de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) José Carlos de Assis, como forma de conter o aumento do desemprego. A sugestão foi dada em audiência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que debateu os impactos da crise financeira internacional sobre os empregos no Brasil.

O programa, a ser criado com recursos federais, pode gerar, segundo José Carlos, entre 2,5 milhões e 4,5 milhões de empregos diretos, com a recuperação de favelas nas 14 principais regiões metropolitanas do país. A medida cria estímulo para a economia de R\$ 40,5 bilhões em cinco anos, com custo de 1,5% do PIB ao ano, disse o assessor.

O autor do requerimento da audiência, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que pretende transfor-

mar a ideia em projeto de lei.

Márcio Pochman, presidente do Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ressaltou que o desempenho econômico do Brasil não foi “tão frustrante” como o de outros países da América Latina porque 50% de sua economia está concentrada no setor de serviços.

Paim, autor de proposta sobre redução da jornada de trabalho (PEC 231/95), indagou se essa seria uma contribuição contra o desemprego. Pochman respondeu que a redução poderia dinamizar a economia e ampliar a concorrência entre as empresas, mas que, entretanto, no Ipea, a maioria dos especialistas é contrária à proposta, alegando que ela onera a produção e requer mais contratações. José Carlos entende que essa medida só deverá ser implementada quando o Brasil estiver em processo mais acelerado de crescimento.

## Paim registra relatório sobre desemprego entre jovens

O relatório *Trabalho Decente e Juventude*, sobre desemprego no Brasil, foi comentado por Paulo Paim (PT-RS). O documento elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Conselho Nacional de Juventude, ressaltou o senador, aponta que o desemprego entre jovens é 3,2 vezes superior ao registrado entre adultos.

Paim assinalou que o índice de desemprego entre brasileiros de 15 a 24 anos é de 17,8% em relação aos 22,2 milhões de jovens economicamente ativos.

Sobre a proposta de criação do Programa de Emprego Garantido e Trabalho Aplicado, ideia apresentada pelo economista do BNDES José Carlos de Assis em debate na CAS, Paim explicou que o princípio fundamental é reunir a mão de obra desempregada – especialmente



Paim elogia proposta do BNDES para reestruturar periferias metropolitanas

a não qualificada – e utilizá-la para a reestruturação urbanística e habitacional das periferias metropolitanas.

Paim também parabenizou as 55 prefeituras gaúchas que se destacaram entre os cem melhores municípios no quesito “responsabilidade fiscal” em pesquisa da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Papaléo Paes • Mão Santa • Serys Slhessarenko

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissão de Justiça também aprovou, na reunião de ontem, gratuidade de certidões de nascimento, casamento e óbito para todos os brasileiros

## Mulher deverá fazer segurança de prisão feminina

Os estabelecimentos penais destinados às mulheres serão obrigados a manter o efetivo de segurança interno somente com agentes do sexo feminino. Essa proposta, do deputado licenciado Alberto Fraga (DEM-DF), foi acolhida ontem pelos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), julgou a medida positiva e lembrou que vem ao encontro das exigências constitucionais de adequação social dos estabelecimentos penais, fato que, observou, poderá resultar em maior eficiência na administração das penitenciárias femininas.

O projeto vai agora para votação do Plenário do Senado.

## Futebol

Na mesma reunião, a CCJ aprovou parecer de Alvaro Dias (PSDB-PR) a projeto (PLS 293/01) que altera a legislação que regulamenta a prática de esporte no país. A matéria foi apresentada pela CPI do Futebol, realizada pelo Senado em 2001. A proposta visa moralizar, por meio de regras claras, a prática do desporto nacional. Na opinião do senador, os clubes e seus dirigentes "já andam muito maculados por corrupção e impunidade".

– Se as verbas públicas recebidas pelos clubes de futebol não passam por controle sério, cabe à legislação estabelecer regras para prevenir os crimes de fraudes daí decorrentes, em louvor aos princípios da moralidade e da legalidade – garantiu Alvaro.

O projeto vai ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde será votado em decisão terminativa.

## Licitações

Foi aprovado ainda parecer do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) a projeto da Câmara dos Deputados (PLC 88/08) que obriga a administração pública a divulgar, na internet, informações atualizadas sobre andamento de processos de licitação. A proposta vai a Plenário.

A CCJ aprovou também proposta de emenda à Constituição (PEC 84/07) de autoria do ex-senador José Maranhão que estabelece a gratuidade das ações de mandado de segurança e de mandado de injunção.

# Ação de improbidade pode ter prioridade na Justiça

TODA AÇÃO DE improbidade administrativa terá, na Justiça, prioridade sobre os demais processos, com tramitação, inclusive, nos feriados forenses. É o que estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que teve relatório favorável do senador Demostenes Torres (DEM-GO). O projeto agora vai a Plenário.

A proposta (PLC 97/02), da então deputada Iara Bernardi, modifica a Lei de Improbidade Administrativa (8.429/92) e é aplicável a agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.

A CCJ aprovou ainda proposta de emenda à Constituição (PEC 34/05) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que torna gratuita para todos os brasileiros a primeira emissão dos registros civis de nascimento e de casamento, e da certidão de óbito. Atualmente, a lei garante apenas a gratuidade das certidões aos comprovadamente pobres. A proposição teve voto favorável do relator, Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

A intenção de Pedro Simon é simplificar o exercício da cidadania. Ele observou que a burocracia e as despesas com os registros afastam dos cartórios os cidadãos, especialmente os mais pobres. Com relação ao registro de óbito, observou,

isso se agrava quando não há consequência prática advinda da morte do familiar como direito a heranças ou pensões. A PEC segue agora para exame em Plenário.

Na mesma reunião, a CCJ aprovou voto de aplauso, a pedido do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), ao governador de São Paulo, José Serra, pelo artigo "Nenhum genocídio deve ser esquecido", publicado em 24 de abril no jornal *Folha de S. Paulo*. Segundo Marconi, a matéria, ao relembrar a campanha de extermínio movida pelo governo turco contra a população armênia em 1915, "traz importantes subsídios para se refletir sobre o critério de cotas raciais ou sociais".



Na CCJ, Cezar Britto, presidente da OAB (2º à esq.), ao lado de Lemos (E), Demostenes Torres, Alves, Aragão e dell'Orto

## OAB defende projeto sobre direitos de advogados

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Raimundo Cezar Britto Aragão, foi a única voz entre os chamados "operadores do Direito" (policiais, advogados, promotores e juizes) a defender a aprovação do projeto (PLC 83/08) que torna crime a violação de direitos ou prerrogativas dos advogados. Depois que representantes das outras três categorias reivindicaram a rejeição da proposta, semana passada, com o argumento de que irá desequilibrar as relações no sistema jurídico, Cezar Britto, ontem na CCJ, afirmou não ver sentido nas críticas.

Embora a Constituição de 1988 tenha determinado que o advogado é tão responsável pela administração da Justiça quanto o juiz e o membro do Ministério Público, o presidente da OAB ponderou que algumas

dessas autoridades costumam ferir esse equilíbrio e agir de modo a impedir ou limitar a atuação profissional dos advogados. Cezar Britto admitiu que a legislação penal pune até com maior rigor esse tipo de abuso que o previsto no PLC 83/08, mas considerou importante, para o bem de um clima de igualdade e respeito entre as carreiras jurídicas, que a criminalização desses atos seja inserida no Estatuto da Advocacia.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que solicitou a realização da audiência pública, disse não ver motivo para não incluir essa previsão no Estatuto da Advocacia, já que as demais carreiras jurídicas têm suas obrigações e seus direitos estabelecidos em suas respectivas leis orgânicas. O presidente da CCJ e relator da proposta, Demostenes

Torres (DEM-GO), explicou ter aberto uma exceção para ouvir ontem o representante da OAB, já que esse não pôde comparecer às outras duas audiências relativas ao projeto.

Também aproveitaram para falar ontem sobre o assunto representantes do Ministério Público e da magistratura que participaram de debate a respeito de nove projetos que tratam da ampliação do rol de crimes hediondos. Enquanto o representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Marcelo Lemos Dornelles, sustentou não ser oportuno para a promotoria que a defesa seja fragilizada, o representante da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Cláudio Luiz Braga dell'Orto, questionou um eventual privilégio aos advogados.

## Crimes hediondos: ampliação de lista enfrenta críticas

A ampliação do rol de crimes hediondos foi criticada ontem, na CCJ, pela maioria dos participantes de audiência pública realizada para instruir a votação de nove projetos de lei do Senado com esse objetivo e que tramitam em conjunto. Substitutivo apresentado pelo relator, Demostenes Torres (DEM-GO), admite incluir na Lei 8.072/90 as práticas de peculato, de corrupção ativa ou passiva e a inserção de dados falsos ou adulterados em sistema de informações para causar dano ao patrimônio público; a contratação de trabalhador em condição análoga à de escravo; a fraude em alimentos; o genocídio; e a corrupção de menores.

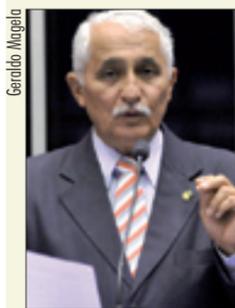
A primeira posição contrária partiu do representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Alberto Zacharias Toron. Na sua avaliação, "é preciso agir com parcimônia para não banalizar algo que precisa ser tratado de forma diferenciada apenas quando assim se justificar".

O representante da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Cláudio Luiz Braga dell'Orto, acredita não ser "constitucionalmente recomendável" alargar a lista dos crimes hediondos. Em vez disso, recomendou a busca por uma legislação que assegure o acompanhamento do sistema estatal de segurança aos egressos das penitenciárias.

Segundo o representante da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Eugênio Aragão, agregar novos delitos à Lei dos Crimes Hediondos vai abrir espaço para a redução das garantias processuais, atentando contra a individualização da responsabilidade criminal e da pena.

Ao analisar seis dos nove projetos, o representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Marcelo Lemos Dornelles, disse não ter encontrado em nenhuma das propostas o viés de violência ou grave ameaça à pessoa que caracteriza crimes do gênero. De qualquer modo, considerou ser possível o Senado mudar esse viés caso se chegue à conclusão de que, para a sociedade, hoje é hediondo desviar recursos públicos, que irão fazer falta à execução de políticas públicas nas áreas de educação e saúde.

## Augusto Botelho celebra aniversário de Boa Vista



Augusto Botelho

O senador Augusto Botelho (PT-RR) homenageou, na noite de quarta-feira, a capital do estado de Roraima, Boa Vista, que completou ontem 119 anos. A cidade, que foi o primeiro povoamento de Roraima, é a maior do estado.

Augusto chamou atenção para as avenidas largas que convergem em direção ao centro, lembrando, conforme assinalou, a cidade de Paris, capital da França. O projeto foi idealizado pelo arquiteto Alexandre Dornusson, professor da Universidade Federal Fluminense entre 1945 e 1946.

Augusto Botelho referiu-se ainda aos esforços que tem empreendido no sentido de carrear verbas para seu estado e para Boa Vista.

## Mozarildo: capital de Roraima se moderniza



Mozarildo

Os 119 anos da fundação de Boa Vista foram comemorados pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele afirmou que a capital de Roraima vem se modernizando e elogiou a gestão do prefeito Iradilson Sampaio.

Mozarildo lembrou que há na cidade uma universidade federal, uma universidade estadual e um instituto de ensino tecnológico. Segundo o senador, há mais universitários por habitante em Roraima do que em qualquer outro estado brasileiro.

– Nasci em Boa Vista, onde passei a infância e parte da adolescência e para onde voltei após ter me formado em Medicina – registrou Mozarildo.



Cristovam: "Muitos vão levar em conta posição equivocada"

## Cristovam lamenta posições assumidas por Lula na reunião do G8

"Não dá para o presidente Lula continuar achando que pelos próximos 30 ou 50 anos a gente concentrará a renda para vender mais carros e distribuir bolsa-família para calar os esfomeados". A advertência foi feita pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ao afirmar que, da mesma forma que ele sente orgulho em ver o presidente brasileiro se destacando

entre as principais autoridades do mundo, sente uma frustração profunda ao vê-lo defender posições incompatíveis com o futuro.

O parlamentar lamentou a atitude assumida pelo presidente Lula na reunião da cúpula anual do G8, em Áquila, na Itália, a respeito de cortes na emissão de gases visando combater o aquecimento global. Cristovam

argumentou que, enquanto o presidente norte-americano, Barack Obama, e os chefes de Estado e de governo europeus assumem compromissos em relação à emissão de gases que provocam o efeito estufa, Lula, juntamente com os primeiros-ministros da China e da Índia, segue em direção contrária.

– Isso tem duas gravidades muito grandes. A primeira é

que, como chefe de governo brasileiro, percebe-se que ele defende um modelo incompatível com o futuro, que tende ao fracasso a médio e longo prazo. E a segunda é que, ao ouvir o presidente Lula dizer que o importante é queimar mais combustível fóssil, com o carisma que ele tem, muitos vão levar em conta essa posição equivocada – lamentou.

## Jereissati critica regras cambiais para Venezuela

No último debate na Comissão de Relações Exteriores sobre o ingresso do país vizinho no Mercosul, relator questionou representante do governo sobre medida comercial

O RELATOR DO projeto de decreto legislativo (PDS 430/08) que aprova a adesão da Venezuela ao Mercosul, Tasso Jereissati (PSDB-CE), questionou a estipulação de taxas de câmbio variáveis para o pagamento a brasileiros que exportam para aquele país. Ao participar de debate sobre a adesão venezuelana ao bloco econômico,



Tasso Jereissati: regra cambial discricionária é barreira tarifária

promovido ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Jereissati afirmou que o órgão que cuida do pagamento aos exportadores para a Venezuela não tem um critério definido para autorizar o pagamento das mercadorias que aquele país importa.

Ao responder ao senador, o secretário-executivo do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, assinalou que a crise econômica internacional levou vários países a utilizarem licenças de importação a fim de manter a competitividade dos produtos nacionais. Lembrou também que o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, não trata de regras cambiais, mas apenas de regras tarifárias. Jereissati contra-argumentou dizendo que a aplicação discricionária de regras cambiais funciona, na prática, como uma

barreira tarifária.

O ex-ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia disse no debate que o protocolo de adesão da Venezuela teve "uma negociação rápida e pouco transparente", não tendo sido consultado, por exemplo, o setor empresarial. O professor da Universidade de Brasília (UnB) Carlos Pio afirmou que a Venezuela não segue os parâmetros da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês), que são, entre outros, a ampliação do comércio internacional e a defesa da livre concorrência.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) questionou se este é o momento ideal para o ingresso da Venezuela. Argumentou que o país não concordou com 169 das 793 regras que regem o Mercosul, bem como não definiu a lista de produtos que deverão seguir a tarifa externa comum

(TEC). O presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), informou que desde setembro a multinacional Iveco – que exporta máquinas e caminhões para a Venezuela a partir de sua fábrica em Sete Lagoas (MG) – não obtém licença para encaminhar seus produtos àquele país.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) manifestou preocupação com a rapidez com que o Senado é pressionado a votar a matéria. Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que a decisão do Congresso Nacional sobre o assunto, seja qual for, será "extremamente madura", uma vez que "foram ouvidas várias nuances dos dois lados". Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que não se deve analisar o ingresso da Venezuela com visão de curto prazo. João Tenório (PSDB-AL) disse que é necessário que aquele país "decida mais sua posição política".

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), a Venezuela no Mercosul trará grandes vantagens para o Brasil. Eduardo Suplicy (PT-SP) opinou que a inserção ajudaria o vizinho a se tornar mais democrático. Augusto Botelho (PT-RR) disse que a entrada fomentaria um mercado para alimentos produzidos em Roraima.

## Comissão devolve carta de embaixador venezuelano

As afirmações de um convidado ausente – o embaixador da Venezuela, Julio García Montoya – movimentaram o último debate sobre a adesão daquele país ao Mercosul, promovido ontem pela CRE.

O presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), enviou de volta ao embaixador a carta por meio da qual este explica a sua ausência. O documento foi considerado hostil e desrespeitoso em relação ao Senado pela maioria dos integrantes do colegiado.

Na carta, enviada por fax, Montoya considera "pelo menos inconveniente para a consolidação dos interesses do Estado brasileiro" que se limite a

discussão a respeito do ingresso de seu país no bloco ao "jogo de interesses de particularíssima condição política". Para o embaixador, se ainda existem dúvidas sobre o tema, elas seriam "de caráter ideológico e até pessoal". Por isso, concluiu que sua presença no debate "não faria nenhuma diferença".

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), o embaixador agiu de forma "politicamente inábil".

O relator do protocolo de adesão, Tasso Jereissati (PSDB-CE), informou ter dito a Montoya que não havia restrição ideológica a seu país, mas sim um cuidado técnico com o tema. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também considerou "descortês"

a atitude do embaixador.

A carta não é "nem diplomática, nem civilizada", afirmou Fernando Collor (PTB-AL), que apresentou requerimento de voto de censura a Montoya.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) adiantou que não votaria a favor do requerimento de Collor, pois preferia manter o diálogo com o embaixador.

Heráclito Fortes (DEM-PI), então, sugeriu que, em vez de aprovar um voto de censura, a comissão devolvesse a carta, por meio do Ministério das Relações Exteriores.

O requerimento foi colocado em votação e recebeu 4 votos favoráveis e 5 contra, e a proposta de Heráclito prevaleceu.

## República Bolivariana da Venezuela

As audiências públicas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional fazem parte do ciclo de debates sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul



Área: 912.050km <sup>2</sup>
População: 26.814.843
Capital: Caracas
Idioma oficial: espanhol
Moeda: bolívar venezuelano
Inflação: 31%
PIB: US\$ 357,9 bilhões
IDH: 0,826
População urbana: 93%
Independência: 5/7/1811

Fonte: CIA World Factbook

## Debate contrapõe questões econômicas e políticas

De um lado, os interesses econômicos do Brasil; de outro, a preocupação com os destinos da democracia venezuelana marcaram ontem o último dia de debates promovidos pela Comissão de Relações Exteriores a respeito do ingresso da Venezuela no Mercosul.

O presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul, Darc Costa, observou que a indústria brasileira enfrenta hoje uma "ferrenha competição" com a chinesa pelo mercado regional. Ele defendeu a construção de um grande mercado sul-americano, "questão que interessa a nossos netos". O deputado federal Neudo Campos, ex-governador de Roraima, afirmou que o ingresso da Venezuela no bloco abriria caminho para a entrada de outros países do Norte brasileiro do Mercosul.

O escritor venezuelano Gustavo Tovar-Arroyo, opositor

do regime do presidente Hugo Chávez, disse ser favorável à integração continental, mas somente quando isso puder ser feito com obediência aos princípios estabelecidos pelo Mercosul, de respeito à democracia e aos direitos humanos. "O maior problema da Venezuela é a criminalização da oposição política", frisou.

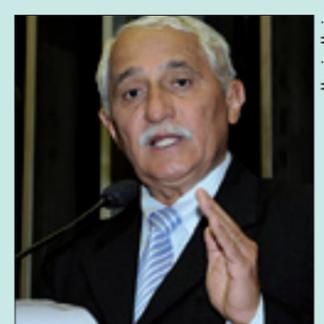
Ex-prefeito da cidade venezuelana de Chacao, Leopoldo López também condenou a falta de liberdade em seu país. Ele criticou o governo venezuelano por haver impedido a sua candidatura à prefeitura de Caracas.

Na mesma reunião, a CRE acatou o Projeto de Decreto Legislativo 498/09, que aprova o texto do acordo entre o Brasil e a Rússia sobre proteção mútua de tecnologia associada à cooperação na exploração do espaço para fins pacíficos, firmado em 2006. O relator foi Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

## Augusto defende a entrada do país vizinho no bloco comercial

Ao apoiar, em Plenário, o ingresso da Venezuela no Mercosul, o senador Augusto Botelho (PT-RR) lembrou a existência de interesses complementares entre o Brasil e aquele país. Observou que o projeto de decreto legislativo que trata do assunto será analisado em breve pelo Plenário do Senado e que os procedimentos nesse sentido "estão adiantados e tramitam sem sobressaltos".

– A decisão envolve questão delicada para todos os membros do Mercosul, mas a medida pode significar um



Augusto: decisão pode ter impacto positivo sobre a região amazônica

marco no desenvolvimento do continente, com impacto direto na região amazônica – afirmou Augusto Botelho.